

Orçamento pode sofrer mudança

193

A Comissão Mista de Orçamento, Planos Plurianuais e Fiscalização foi criada com a Constituição de 1988. Ela tem a função de definir, na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), as prioridades para os gastos públicos e examinar a proposta orçamentária do Poder Executivo.

Anteriormente, os congressistas não podiam alterar o projeto remetido pelo Governo ao Congresso. Resultava que o árduo processo de discussões sobre a destinação das verbas reduzia-se a tentativas inúteis. Com a promulgação da Carta Magna, os parlamentares ganharam novos poderes, desde que não resultem em aumento de gastos. Na maioria das vezes, no entanto, esta prerrogativa é mal aproveitada.

O Congresso tem distorcido suas funções na elaboração do orçamento, porque subestima as receitas e distribui as verbas com critérios políticos e clientelistas, devido à falta de tempo dos demais parlamentares para se informar das decisões", denuncia o líder do PSDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso.

Por sua vez, o deputado Augusto Carvalho (PPS-DF) critica a falta de democracia na comissão: "Somente um pequeno grupo detém o poder de aprovar emendas".

Interesses

A atuação da Comissão Mista de Orçamento tem se caracterizado, até agora, pelo interesse pessoal dos parlamentares, na opinião de grande parte dos congressistas. Isto pode ser observado já no momento da escolha de seus membros, que sempre ocasiona acirradas brigas internas nos partidos.

Um deles ocorreu no ano passado, quando o deputado João Alves conhecido como um dos "sete anões" — apelido dado ao grupo que detinha os poderes na comissão para a distribuição de recursos — foi destituído da relatoria pelo próprio líder do seu partido, o então deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE).